



NARRATIVAS INFANTIS E PRÁTICAS PIBIDIANAS: UMA ABORDAGEM SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Eduarda Gomes¹
Milena Melo²

RESUMO

O presente relato de experiência é baseado nas vivências de bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES, em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, em Niterói. O objetivo foi apresentar, a partir de uma oficina de gêneros textuais desenvolvida com base na obra de Ruth Rocha Os direitos das crianças: Segundo Ruth Rocha, a perspectiva dos Direitos Humanos na Educação Básica. O aporte teórico fundamenta-se nos estudos do cotidiano e tem como metodologia norteadora as narrativas das crianças, possibilitando-lhes formular concepções sobre seus direitos e refletir sobre sua presença ou ausência no contexto escolar. A relevância do trabalho está na inserção, em sala de aula, de reflexões sobre os direitos das crianças, reconhecendo-as como sujeitos críticos e questionadores de seus contextos. A justificativa relaciona-se à necessidade de licenciandos e supervisores narrarem seus saberes e práticas no processo formativo, ampliando o debate acadêmico sobre os Direitos Humanos na escola. Os resultados evidenciaram a possibilidade de construção de projetos pedagógicos continuados, a valorização da escuta das experiências infantis e o uso da escrita e da ilustração como meios centrais de expressão e compreensão da realidade. Conclui-se que os processos narrativos de crianças e pibidianos, em conjunto, produzem importantes possibilidades para a pesquisa em educação, especialmente no campo dos Direitos Humanos e na formação docente.

Palavras-chave: PIBID, Direitos Humanos, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é baseado nas vivências de bolsistas e supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, Bolsista do PIBID - UFF, mariaeduardagomes@id.uff.br ;

² Doutoranda do PPGE da Universidade Federal Fluminense, Supervisora do PIBID - RJ, melomilena@id.uff.br;





em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis situada na Região Oceânica de Niterói.

O PIBID foi criado no contexto da implementação de políticas de formação inicial e continuada de professores. Em seu edital os objetivos discorrem sobre o incentivo, e a contribuição da valorização do magistério em nosso país.

Como destacamos abaixo:

- I – Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II – Contribuir para a valorização do magistério;
- III – Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV – Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensinoaprendizagem;
- V – Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI – Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. Disponível: https://divisaopraticadisciente.uff.br/wpcontent/uploads/sites/229/2023/02/Edital_01_2023_bolsistas_licenciandos_PIBID-Matematica_assinado.pdf. Acesso em: 01/12/2024.

Nesse intento, o presente relato de experiência busca apresentar uma etapa da pesquisa e tem por objetivo exemplificar acerca dos processos de aprendizagem e ensino desenvolvidos a partir de uma oficina de gêneros textuais, atrelada à perspectiva dos Direitos Humanos na Educação Básica. Além de enfatizar a importância da leitura literária como direito das crianças e instrumento-chave na construção do pensamento crítico, reiterando o seu caráter formativo, qual seja, instigar o uso das competências e potencialidades da criança em um exercício de reflexão e aprofundamento crítico.

O aporte teórico fundamenta-se nos estudos do cotidiano tendo como aporte os pressupostos teóricos Freire (1994) Bragança(2018),Pérez (2017) entre outros. Tem como





metodologia norteadora as narrativas das crianças, possibilitando-lhes formular concepções sobre seus direitos e refletir sobre sua presença ou ausência no contexto escolar.

Destacamos que a relevância do referido relato de experiência está na inserção da sala de aula com as reflexões sobre os direitos das crianças, reconhecendo-as como sujeitos críticos e questionadores de seus contextos. A justificativa está intimamente relacionada à necessidade de licenciandos e supervisores narrarem seus saberes e práticas tecidas no processo formativo junto das crianças, ampliando assim o debate acadêmico sobre os Direitos Humanos na escola.

A oficina literária traz consigo o atravessamento entre os saberes das crianças e as diversas possibilidades oferecidas pelo mundo da literatura. O lugar da sala de aula, organizada a priori de forma estrategicamente modulada, se reorganiza, somos instadas a pensá-lo de uma outra perspectiva de compreensão, isto é refletimos sobre as teorias dominantes e hierarquizantes do saber, para assumirmos uma nova prática, onde vislumbramos uma sala viva, circulante, na qual, as vozes dos sujeitos assumem potência que reverbera em outras possibilidades formativas.

Nesse consoante, este espaço da oficina literária que mediou o presente relato de experiência, mostrou a sua importância reverberada na maneira de como as crianças esperavam aquele momento, como enxergavam aquela nova organização, isto é, como um lugar de protagonismo e de indagações, onde seus saberes eram incorporados com grande valorização para a produção de conhecimento pautado na experiência trazida pelas crianças.

Consoante à articulação entre teoria e prática, as bolsistas e a professora supervisora teceram uma proposta pedagógica ancorada no tema “Os Direitos das Crianças”, nesse contexto, o livro *Os Direitos das Crianças: segundo Ruth Rocha*, foi a obra escolhida para nosso encontro. Deste modo, optamos pelo audiovisual disponível no YouTube, que se configura como uma outra forma de se contar uma história.

Na sala, a atividade foi iniciada com uma pergunta motivadora: “Vocês sabem o que são direitos?”. Cada criança, então, narrou uma história que, ao final, significava um direito para ela. Após a roda de conversa, assistimos ao vídeo que, de forma poética, mencionava os direitos que toda criança deve ter. Em seguida, lançamos uma nova pergunta: “Tem algum direito que vocês acreditam que toda criança deve ter e que não está no livro?”, quando vieram à tona as mais diversas respostas.

Essa experiência formativa foi surpreendente, as conexões se intensificaram a cada momento de construção rizomática do saber. A esse respeito, Freire (1994) destaca:



Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podem aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. (p.37)

A partir das discussões, propomos a criação de um livro baseado nos direitos que nós achávamos que toda criança deveria ter, e assim surge *Os Direitos das Crianças: segundo o GR3B*. As crianças produziram lindas ilustrações e, com o auxílio da supervisora e das bolsistas, legendaram os desenhos. O resultado foi surpreendente: quantas narrativas emergiram de uma proposta planejada em consonância com os interesses das crianças e com a participação ativa delas na construção das propostas de forma orgânica e dialógica dos saberes e fazeres cotidianos.

Como podemos ver na Imagem do livro escrito pelas crianças do GR3B:

Figura-1 Capa do Livro “Os direitos das crianças segundo o GR3B”



Fonte: Arquivo de pesquisa, 2025.





No final da atividade, partilhamos os desenhos e direitos com a turma e os discutimos, pautando-nos em nossas próprias realidades. A proposta de trabalhar com *Os Direitos das Crianças*, de Ruth Rocha, e a construção do livro coletivo *Os Direitos das Crianças: segundo o GR3B*, revelaram o potencial da literatura para fomentar o pensamento crítico e a aprendizagem orgânica. Essa experiência mostra como a leitura literária pode se tornar um meio de diálogo com a infância, aproximando realidades diversas e promovendo o respeito às diferenças.

Os resultados evidenciaram a possibilidade de construção de projetos pedagógicos continuados, a valorização da escuta das experiências infantis e o uso da escrita e da ilustração como meios centrais de expressão e compreensão da realidade. Com isso, ressaltamos a importância do PIBID como instrumento de formação docente que valoriza a articulação entre teoria e prática, reconhece a potência da literatura como elemento pedagógico capaz de transformar o cotidiano escolar e suas relações, e prevê a docência como prática ética, estética e política, atravessada pela literatura e pelas histórias que compartilhamos.

Ao tomarmos como referência teórica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como referencial teórico da nossa pesquisa, buscamos reconhecer o direito legalista cujo estatuto promulgado em 1990, garante fundamentalmente acerca da proteção e da garantia dos direitos da infância.

O ECA (Lei nº 8.069/90) é a norma legal que consagra a Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta. Ele garante, em termos jurídicos e estruturais, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (conforme Art. 4º). É o arcabouço formal que obriga a família, a sociedade e o Estado a assegurar esses direitos.

Nesse sentido, a obra de Ruth Rocha tomada também como referência traduziu os direitos básicos previstos na lei como "ter nome", "ter lar", "ter saúde e não ter fome", "ter segurança e estudar" entre outros aspectos legais garantidos no texto da lei.





Portanto, na medida em que fizemos a leitura do livro com as crianças percebemos um aprofundamento subjetivo realizado por elas que iam incorporando novos direitos, como o de sorrir, de jogar, de festejar e de ter amigos.

A roda de leitura e a ilustração da história foram reverberando uma humanização das discussões acerca dos direitos das crianças que em muitas das vezes é negligenciado. A articulação é crucial na mediação dessas duas esferas de compreensão, sendo o ECA entendido como a forma legal de proteção contra a violação e a negligência, e a obra de Ruth Rocha assumindo um viés poético que humaniza o estatuto, lembrando que a proteção integral não se restringe à sobrevivência, mas exige também a defesa do sonho, da imaginação e da amorosidade, fatores fundamentais para a construção de uma vida com dignidade.

Assim, a roda de leitura e as narrativas que foram incorporadas pelas crianças, bolsistas e supervisor se tornaram uma estratégia poderosa de ampliação da defesa dos direitos das crianças, a partir da lei assim como dos aspectos subjetivos que ancoraram a conscientização das crianças sobre a amplitude e a importância de respeitar todos os direitos das crianças.

METODOLOGIA

Deste modo, investimos numa metodologia assentada nas narrativas onde as crianças reinventam o desenvolvimento de novas possibilidades de aprendizagem dentro da sala de aula, na qual a várias mãos novas lógicas de aprender e de ensinar tecidas na roda de conversa fundamentam um espaço coletivizado de aprendizagem. Como nos afiança Bragança(2018)

É muito especial pensar na vida como uma tessitura complexa que envolve, pessoas, experiências, espaço-tempos que produzem encontros com nós mesmos, com os outros, com o Cosmo. Desses encontros, novos saberes e ciclos existenciais são gestados, colocando-nos diante do desafio



Sendo assim, percebemos o lugar potente da sala de aula, diante da perspectiva do acontecimento, que se originou das relações tecidas pelas experiências que costuramos com os nossos alunos no desenvolvimento das rodas de leitura.

Essa compreensão se exacerba na narrativa da professora supervisora que acompanha o Grupo de Referência 3B:

As rodas de leitura tem sido momentos extraordinários, pois entendemos a aula como um acontecimento vivo, cheio de franjas que é tecida por todos, crianças, bolsistas e supervisora. Em específico ao dia da leitura do livro foi belo perceber a subjetividade das crianças ao elencar os seus direitos e ao mesmo tempo requerer novos.

Especialmente me chamaram a atenção a compreensão a narrativa de 4 alunos a saber:

O direito de varrer! Sabrina

O direito de tomar vacina! Gustavo

O direito de ser diferente! Maria Eduarda

O direito de ir ao hospital e ser bem tratado! Kamilly

Ao assumirmos uma aula que é horizontalizada e dialógica como nos aponta Freire percebemos que essa forma de construção do saber amplia a tessitura da equação aprendizagem ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelaram a possibilidade de construção de projetos pedagógicos continuados, capazes de promover a integração entre práticas escolares e experiências formativas significativas. Essa continuidade se mostrou essencial para consolidar um espaço educativo mais sensível às infâncias e às múltiplas formas de expressão dos sujeitos.

Além disso, os desfechos da vivência apontaram para a valorização da escuta das experiências infantis, compreendida como um gesto pedagógico que reconhece a criança como protagonista do processo educativo. Essa escuta atenta possibilitou o planejamento de ações mais alinhadas ao repertório cultural e emocional das crianças, reafirmando a importância da perspectiva freireana de diálogo para a construção compartilhada do conhecimento.





Dessa forma, o relato reforça a relevância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como instrumento de formação docente, que favorece a articulação entre teoria e prática e promove a reflexão sobre o papel ético, estético e político da docência. O programa contribuiu para que futuros professores reconhecessem a potência da literatura como elemento pedagógico transformador do cotidiano escolar e das relações que nele se constroem. Portanto, compreender a docência como uma prática atravessada pela literatura e pelas histórias compartilhadas é reconhecer que o ato de ensinar e aprender vai além da transmissão de conteúdos: constitui-se como um exercício de sensibilidade, diálogo e compromisso com o outro, em consonância com os princípios da educação humanizadora de Freire (1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que os processos narrativos de crianças e pibidianos, em conjunto, produzem importantes possibilidades para a pesquisa em educação, especialmente no campo dos Direitos Humanos e na formação docente.

Portanto, consideramos que a pesquisa tem nos mostrado a potências das relações produzidas no cotidiano escolar mediatizadas pela literatura que implica um caráter criativo e inventivo dos saberes das crianças. Defendemos que os programas como o PIBID, se intensifiquem na educação básica brasileira compondo a reinvenção de práticas pedagógicas tecidas no compartilhar e no encontro de pesquisadores, crianças e docentes. Nessa perspectiva ao visualizarmos a escola como um corpo plural nos ancoramos em defesa de uma epistemologia do saber que intercambia experiências formativas

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, I. F. S. Histórias de vida e formação de professores/as: um olhar dirigido à literatura educacional. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). Histórias de vida e formação de professores. Rio de Janeiro: Quartet Faperj, 2008. p. 65-81.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Pesquisa formação narrativa (auto)biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz; BÔAS, Lúcia Villas. Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epidêmico-metodológicos. Curitiba: CRV, 2018, v.1, p. 65-81. ISBN: 978-85-444-2578-7.





BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GERALDI, C. M. G. **Desafios da Pesquisa no Cotidiano da/na Escola**. In: GARCIA, R. L.; PEREZ, C. L. V. Experiências e narrativas em Educação (sob a forma de uma apresentação). In: PEREZ (org). Experiências e narrativas em Educação. Niterói-RJ: EDUFF, 2017a.

ROCHA, Ruth. **O direito das crianças segundo Ruth Rocha**. São Paulo: Salamandra, 2010.

